



JOÃO DE SANTO TOMÁS E O CARÁTER PRÁTICO DA FILOSOFIA MORAL

André Ricardo Randazzo Gomes¹

RESUMO: Para Tomás de Aquino, a filosofia moral é uma ciência prática. Entretanto, o português João de Santo Tomás (1589-1644), um dos mais respeitados seguidores de Tomás de Aquino, argumentou que a filosofia moral pode ser uma ciência especulativa. Neste artigo, procurarei expor essa argumentação de João de Santo Tomás, mas também pretendo tratar de três questões: (1) João foi o único a defender essa tese? (2) Como Jacques Maritain e Leopoldo Eulogio Palacios incorporaram a tese de João de Santo Tomás às suas respectivas teses sobre os “graus do saber”? (3) E como se deve entender a posição de Tomás de Aquino? A maior contribuição deste artigo consistirá na abordagem da terceira questão.

Palavras-chave: Filosofia moral; Ciência prática; Ciência especulativa; Prudência.

ABSTRACT: For Thomas Aquinas, moral philosophy is a practical science. However, the Portuguese John of Saint Thomas (1589-1644), one of the most respected followers of Thomas Aquinas, argued that moral philosophy can be a speculative science. In this article, I will seek to expose this argumentation of John of Saint Thomas, but I also intend to treat of three questions: (1) was John the only one to defend that thesis? (2) How did Jacques Maritain and Leopoldo Eulogio Palacios incorporate John of Saint Thomas's thesis into their respective theses about the “degrees of knowledge”? (3) And how is the position of Thomas Aquinas to be understood? The major contribution of this article will consist in the approach to the third question.

Keywords: Moral philosophy; Practical science; Speculative science; Prudence.

INTRODUÇÃO

João de Santo Tomás, ou João Poinot (1589-1644), foi um filósofo e teólogo português, membro da Ordem Dominicana, conhecido como um dos mais respeitados seguidores de Tomás de Aquino (1225-1274). Ele lecionou na Espanha e suas maiores obras foram o *Cursus Philosophicus Thomisticus* e o *Cursus Theologicus*. O *Cursus Philosophicus Thomisticus* é dividido em duas partes, (1) a *Arte Lógica* e (2) a *Filosofia Natural*. A *Arte Lógica* é dividida em duas partes, (1) as *Súmulas* e (2) a parte que ficou conhecida como *Lógica Material*. Nesta segunda parte da *Arte Lógica*, há duas ocasiões em que João argumenta que

¹ Mestre em Filosofia pela Universidade Estadual de Maringá e Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Estadual Paulista. E-mail: at.int8@gmail.com



Artigo publicado em acesso aberto sob a licença Creative Commons Attribution 4.0 International Licence.



a filosofia moral pode ser considerada como uma ciência especulativa. Essa tese pode parecer um pouco estranha, pois Tomás de Aquino sempre argumentou que a filosofia moral, entendida principalmente como a *Ética a Nicômaco* de Aristóteles, é uma ciência prática. Neste artigo, irei expor, em uma primeira seção, as duas ocasiões em que João de Santo Tomás apresenta aquela tese. No entanto, pretendo também tratar de três questões: (1) João foi o único a defender essa tese? (2) Como Jacques Maritain e Leopoldo Eulogio Palacios incorporaram a tese de João de Santo Tomás às suas respectivas teses sobre os “graus do saber”? (3) E como se deve entender a posição de Tomás de Aquino?

A primeira questão já foi tratada por Leopoldo Eulogio Palacios (1912-1981). Em um artigo intitulado “Juan de Santo Tomás y la ciencia moral”², Palacios mostra que existiu um outro filósofo dominicano espanhol, chamado Juan Sánchez Sedeño (1552-1615), que nasceu algumas décadas antes de João de Santo Tomás e que, em uma obra intitulada *Aristotelis Logica Magna*, explicou em grande detalhe como a filosofia moral é uma ciência especulativa. Assim, Palacios concluiu que é provável que a tese de João de Santo Tomás tenha se baseado na tese de Juan Sánchez Sedeño. Em todo caso, irei apresentar, na segunda seção, ainda que de modo esquemático, como Juan Sánchez Sedeño desenvolve a sua tese.

Jacques Maritain (1882-1973) foi um dos mais conhecidos seguidores de Tomás de Aquino do século 20. Ele influenciou muitos outros estudiosos de Tomás de Aquino. Entre os estudiosos do pensamento de Maritain, sabe-se que ele tinha uma grande estima por João de Santo Tomás e foi inspirado por várias de suas ideias. Uma das ideias de João que inspiraram Maritain foi precisamente a ideia da filosofia moral como ciência especulativa. No entanto, partindo dessa ideia, Maritain criou o conceito de filosofia moral especulativamente prática, que seria um dos “graus do saber”. Palacios estudou também o pensamento de Maritain e emitiu a sua conclusão sobre a relação entre a filosofia moral e os graus do saber. Portanto, na terceira seção deste artigo, apresentarei a tese de Maritain sobre a filosofia moral e os graus do saber, fazendo uma leitura bem próxima dos textos pertinentes da obra *Distinguir para unir ou os graus do saber*, e mostrarei também a conclusão de Palacios, tal como é expressa na obra *Filosofia del saber*.

² PALACIOS, 1944.



Entretanto, procurarei também esclarecer como o caráter prático da filosofia moral é entendido por Tomás de Aquino. Assim, na quarta seção, farei uma leitura bem próxima das passagens mais decisivas de Tomás de Aquino sobre esse assunto. Tais passagens encontram-se principalmente no *Comentário ao Tratado da Trindade de Boécio* e no *Comentário à Ética a Nicômaco*. E então, nas considerações finais, apresentarei a minha concepção sobre como a posição de João de Santo Tomás e a posição de Jacques Maritain constituem dois modelos de interpretação diferentes entre si, e como a posição de Tomás de Aquino deve ser entendida em relação a eles.

1 JOÃO DE SANTO TOMÁS SOBRE A FILOSOFIA MORAL

Na *Arte Lógica*, Segunda Parte, questão 1, artigo 4, pergunta-se se a lógica é uma ciência especulativa ou prática. João de Santo Tomás começa dizendo que deve-se esclarecer qual é a diferença entre o especulativo e o prático. A diferença comum entre o especulativo e o prático é que o especulativo considera a verdade apenas em vista do conhecimento, e o prático considera a verdade em vista da execução da obra. João diz que isso é visto nas seguintes passagens de Tomás de Aquino: *Comentário ao Da Alma*, livro 3, lição 15; *Comentário à Metafísica*, livro 2, lição 2; *Suma de Teologia*, I, q. 14, a. 16, e q. 79, a. 11. João faz alguma elaboração sobre esse assunto. E então diz que a dificuldade a respeito da lógica se reduz à seguinte questão: se a lógica procede por princípios formais que consideram a verdade de modo puramente resolutivo, ordenando-se apenas ao saber, ou se a lógica procede de modo compositivo, ordenando-se também a produzir uma obra fora do próprio saber.

João relata que, sobre essa questão, os autores se dividem em três opiniões. Na primeira opinião, autores como Fonseca e os Conimbricenses argumentam que a lógica é simplesmente prática, porque ela considera as coisas, ordenando-se à obra, que é a reta construção do silogismo. Na segunda opinião, autores como os tomistas Soto e Sánchez sustentam que a lógica é simplesmente especulativa, pois nenhum ato do intelecto pode ser prático, ou então porque tal ato não é prático quando considera puramente o objeto sob a



razão de cognoscível. E, na terceira opinião, autores como Vázquez, Cabero e Martínez sustentam que a lógica é simultaneamente prática e especulativa.

Feito isso, João estabelece duas teses ou afirmações. A primeira tese afirma: na ordem natural, nenhuma ciência pode ser simultaneamente prática e especulativa; logo, nem a lógica o é. Citando uma passagem de Tomás de Aquino (*Suma de Teologia*, I, q. 1, a. 4), João diz que o prático e o especulativo, nas ciências filosóficas, constituem ciências essencialmente distintas. Os princípios especulativos procedem de modo resolutivo e tendem apenas a manifestar a verdade, ao passo que os princípios práticos aplicam a verdade à obra, procedendo de modo compositivo. Os princípios especulativos e os práticos são opostos entre si, e por isso não podem unir-se para constituir uma terceira espécie de ciência, exceto no caso superior da teologia sagrada e de outros hábitos sobrenaturais.

A segunda tese afirma: pelos seus princípios, a lógica é essencialmente especulativa, mas adquire certo modo prático, na medida em que dá regras e direção à própria especulação. O fim visado pela lógica é apenas conhecer; os princípios usados pela lógica são simplesmente especulativos; e a matéria sobre a qual a lógica versa são objetos considerados como conhecidos e não como operáveis. Porém, pode-se também chamar de prático o ato do intelecto que é especulação e tende à verdade.

Na parte final do artigo supracitado, João trata de três objeções ou dificuldades que vão em sentido contrário à sua argumentação. A terceira objeção afirma o seguinte: a ciência moral é prática; logo, a lógica também o é. A ciência moral é prática, porque alguma ciência tem de ser prática, e a ciência moral procede por princípios práticos, movendo e não resolvendo. E toda ciência que ensina regras para dirigir os nossos atos é prática; mas a ciência moral ensina regras para dirigir os atos da vontade, e a lógica ensina regras para dirigir os atos da razão; logo, a ciência moral e a lógica são práticas. Ademais, a arte e a prudência são práticas; logo, a lógica, que é uma arte liberal, também é prática.

Em resposta a essa objeção, João argumenta o seguinte: a ciência moral pode ser considerada de dois modos. De um modo, inclui a prudência, e por isso é prática. De outro modo, exclui a prudência, e por isso é especulativa, e versa apenas sobre o conhecimento das virtudes. A ciência moral prática usa princípios práticos e procede de modo prático. As obras da vontade, como são livres, são capazes de direção real e moção moral, pelos atos da



escolha e do comando, que pertencem à prudência. Deste modo, vê-se a diferença entre a lógica, que é especulativa, e a ciência moral, que neste sentido é prática. Porém, a ciência moral especulativa trata somente da matéria das virtudes, definindo e dividindo. Não usa princípios práticos, nem modo prático, mas princípios especulativos e modo especulativo, na medida em que conhece a natureza das virtudes e da prudência sob a razão do verdadeiro, como se vê na *Prima Secundae* da *Suma de Teologia* de Tomás de Aquino e nos livros éticos. Por isso, pode dar-se que alguém tenha a ciência moral especulativa, mas não tenha a prudência. Não há inconveniente em não existir ciência prática, pois toda ciência procede resolvendo e definindo, e a prática procede movendo e compondo³.

Na *Arte Lógica*, Segunda Parte, questão 27, artigo 1, pergunta-se se de onde se toma a unidade ou diversidade específica das ciências na razão do cognoscível. João começa por estabelecer que há três coisas que devem ser tomadas como certas. Primeiro, trata-se aqui das ciências especulativas, e não das ciências práticas, e as ciências especulativas têm por fim a consideração da verdade, isto é, consideram a verdade enquanto ela é cognoscível. Portanto, o que se deve esclarecer é como se atribui a espécie de diversa cognoscibilidade. Cada coisa é cognoscível enquanto é imaterial, e do diverso modo de imaterialidade resulta a razão diversa de cognoscibilidade. Em segundo lugar, as ciências tomam do objeto a sua espécie, e a unidade ou a distinção do hábito deve se adequar à unidade ou distinção do objeto enquanto objeto. Em terceiro lugar, a especificação das ciências não é tomada da unidade ou distinção do objeto enquanto coisa considerada materialmente e entitativamente, mas sim do objeto considerado como objeto. Assim, a dificuldade consiste

³ JOÃO DE SANTO TOMÁS, 1994, q. 1, a. 4, ad 3: “De dos modos puede considerarse la ciencia moral. De un modo, como que incluye también la prudencia; de otro modo, como que la excluye, y, especulando, versa solamente sobre el conocimiento de las virtudes. Del primer modo, tiene la razón de lo práctico por parte de la prudencia, que incluye; y usa este principio práctico: “Ha de hacerse el bien” de modo práctico. Se da entonces disparidad entre ella y la lógica. La prudencia dirige las obras de la voluntad por la elección y el imperio. Por ser libres y no tender naturalmente al objeto, las obras de la voluntad son en sí capaces de dirección real y de moción moral. La lógica, en cambio, como se dijo, versa sobre los objetos conocidos por principios especulativos y procede sólo por moción resolutive sin introducir ninguna ordenación real en el concepto, que el concepto tiende al objeto por semejanza natural y no artificiosa. Si la ciencia moral excluye y trata sólo de la materia de las virtudes definiendo, dividiendo, etc., es especulativa, como acaece en teología, en *Prima Secundae*. No usa principios prácticos o modo práctico, esto es, como que mueven e inclinan afectivamente sino precisamente especulativos en cuanto que conocen la naturaleza de las virtudes y de la prudencia en la razón de lo verdadero, como puede verse en los éticos y en toda la *Prima Secundae*. Bien puede darse que alguien sea insigne ético y teólogo, y pecador imprudente. No es tampoco inconveniente ninguno que no se dé ciencia práctica, si es ciencia verdadera y propiamente: la ciencia procede resolviendo y definiendo, y la práctica moviendo y componiendo.”



em esclarecer qual é a razão formal que constitui especificamente o objeto na razão de objeto e faz com que se distinga de outro objeto específico.

Há muitas opiniões dos doutores sobre essa questão, e João as reduz a três principais. A primeira opinião, da qual Suárez parece ser defensor, afirma que a unidade em cada conclusão é uma unidade parcial distinta, e elas se unem em uma ciência por causa da unidade principal do sujeito, do qual dependem como do mais principal. A segunda opinião toma a unidade ou diversidade das ciências da unidade ou diversidade do meio, enquanto ele torna cognoscíveis de diverso modo as conclusões. E a terceira opinião, que é comum na escola de Tomás de Aquino, toma a unidade ou diversidade das ciências do diverso modo de abstrair da matéria, no sentido da imaterialidade do objeto.

Feito isso, João estabelece três teses ou afirmações. A primeira tese afirma: a unidade ou distinção da ciência não é tomada da mera unidade do sujeito principal, enquanto contém ou causa as verdades dessa ciência, ou enquanto todas essas verdades se ordenam a tal sujeito, como diz a primeira opinião. A segunda tese, que é comum entre os tomistas, afirma: a unidade e distinção das ciências no ser de cognoscível é tomada da diversa imaterialidade e abstração, enquanto se encontra nos princípios ou meios da demonstração e a partir daí passa a iluminar de diverso modo as conclusões. E a terceira tese afirma: a espécie indivisível das ciências não é tomada da diversidade material dos objetos no ser de coisas, mas do diverso grau de imaterialidade que se adquire por abstração, e nas ciências de ordem sobrenatural do diverso acesso ou participação da ciência divina mesma.

Na parte final do artigo, João trata de três objeções ou dificuldades que vão em sentido contrário à sua argumentação. A primeira objeção afirma o seguinte: não é da abstração que se toma a unidade ou diversidade de uma ciência; por exemplo, a ciência moral e a lógica não tomam da abstração a sua especificação.

Em resposta a essa objeção, João argumenta o seguinte: a lógica toma a sua unidade da abstração que tem, ou seja, uma abstração negativa. A ciência moral, se for considerada como prática, é idêntica à prudência, e assim pertence aos hábitos práticos, dos quais não tratamos aqui. Entretanto, se for considerada como especulativa, como a ciência ética, que



trata da natureza das virtudes, assim pertence à filosofia natural e é uma de suas partes, pois, como trata da alma intelectual, deve tratar conseqüentemente de seus atos morais⁴.

2 JUAN SÁNCHEZ SEDEÑO SOBRE A FILOSOFIA MORAL

Na obra de Juan Sánchez Sedeño intitulada *Aristotelis Logica Magna*, livro 1, questão 14, pergunta-se: as ciências morais são práticas ou especulativas? Apresentarei apenas um resumo deste texto, que foi examinado de modo mais completo por André Ricardo Randazzo Gomes⁵.

Sánchez inicia sua argumentação apresentando seis argumentos em favor da tese de que a filosofia moral é uma ciência prática.

Primeiro argumento. A ciência moral é prática, porque ela não é nenhuma das três ciências especulativas mencionadas na *Metafísica* (l. 6) e nem tem um modo de abstração.

Segundo argumento. A ciência moral é prática, porque tem princípios práticos e conclusões práticas.

Terceiro argumento. Só a ciência moral é ciência prática, pois ela não é especulativa e nem uma arte.

Quarto argumento. A ciência moral é prática, porque ensina a operar.

Quinto argumento. A ciência moral é prática, porque, na *Suma de Teologia* (I, q. 1, a. 4), Tomás de Aquino afirma isso.

Sexto argumento. A ciência moral é prática, porque não tem por fim o conhecimento, mas a ação. Ademais, ela procede de modo compositivo. Ademais, a política, que é uma parte da ciência moral, é a mais nobre entre as ciências práticas. Ademais, as ciências morais são ciências ativas, que se contradistinguem das ciências especulativas.

Agora, Sánchez passa a apresentar a sua “decisão da questão”, em duas conclusões.

⁴ JOÃO DE SANTO TOMÁS, 1993, q. 27, a. 1, ad 1: “Luego al primer ejemplo se dice que la ciencia racional, que es la lógica, toma su unidad de la abstracción que tiene [...] Pero la ciencia moral, si se toma prácticamente, es lo mismo que la prudencia, y así no pertenece a los hábitos especulativos, sino a los prácticos, de los cuales no tratamos al presente. Pero si se toma especulativamente por la ciencia ética, que trata de la naturaleza de las virtudes, así pertenece a la filosofía y es parte suya, porque, ya que trata del alma intelectual, consiguientemente debe tratar de sus actos morales.”

⁵ RANDAZZO GOMES, 2019.



Primeira conclusão. A filosofia moral é especulativa e não prática, pois procede de modo especulativo, isto é, de modo resolutivo e demonstrativo.

Se a ciência moral fosse uma ciência prática, o ato de virtude deveria necessariamente ser produzido por ela, pois, se ela não é a operadora do ato ao qual se ordena, então não é uma ciência prática. A ciência moral é em vista da operação que deve ser especulada, pois diz respeito à operação, mas não a produz. E a ciência moral é em vista da operação desde fora.

A respeito da divisão da filosofia em natural, ética e racional, deve-se entender que a filosofia inteira pertence ao hábito especulativo, pois a divisão do hábito em especulativo e prático é anterior à divisão da filosofia em natural, ética e racional. Portanto, a ciência moral é especulativa.

Segunda conclusão. A operação da virtude é um efeito por acidente da filosofia moral, e não o seu fim intrínseco. O fim intrínseco da filosofia moral é a consideração da verdade. No entanto, a operação da virtude tem uma proximidade maior com a filosofia moral do que com as outras ciências especulativas.

Na parte final, Sánchez apresenta as suas soluções aos seis argumentos iniciais.

Resposta ao primeiro. A ciência moral se reduz à ciência física e abstrai da matéria sensível singular.

Resposta ao segundo. Os princípios da filosofia moral são especulativos, assim como suas conclusões.

Resposta ao terceiro. O que se divide em especulativo e prático não é a ciência, mas o hábito.

Resposta ao quarto. A filosofia moral é demonstrativa.

Resposta ao quinto. Na passagem citada da *Suma de Teologia*, Tomás de Aquino nem afirmou, nem negou que as ciências morais são práticas.

Resposta ao sexto. A operação é o fim por acidente ou secundário da filosofia moral, e o conhecimento é o fim intrínseco. A prudência é ordenada à operação e procede de modo compositivo. A prudência pode ser chamada de ciência moral. A política é a prudência política. As ciências ativas são as espécies de prudência.



3 JACQUES MARITAIN SOBRE A FILOSOFIA MORAL

Na obra *Distinguir para unir ou os graus do saber*, que muitos estudiosos consideram como a maior obra de Jacques Maritain, o autor trata, entre outras coisas, dos graus do saber prático. Na ciência especulativamente prática, a mente busca conhecer não para conhecer, mas para agir; ela busca adquirir, a respeito de um objeto prático (um ato a ser feito), uma ciência que procede de maneira prática quanto às suas finalidades e às condições do objeto, mas que permanece no modo especulativo ou explicativo quanto ao equipamento cognitivo fundamental, e considera o universo da ação e os valores operativos desde o ponto de vista de suas razões de ser e das estruturas inteligíveis imanentes neste universo. Isso é o que Aristóteles chamou de filosofia prática: a ética, a economia, etc. Essa filosofia prática não é suficiente para regular a ação. Ela conhece de modo teórico, especulativo e explanatório coisas que precisam ser não apenas explicadas, mas feitas. Ela reúne em um sistema científico todo o conhecimento necessário para regular a ação desde longe. O filósofo mais competente em matéria ética pode ficar desconcertado com o menor ato a ser feito e pode talvez levar uma vida imoral⁶.

O conhecimento prático correto, como regulador imediato da ação, é a virtude da prudência. Ela julga e comanda o que deve ser feito aqui e agora. Ela é uma virtude intelectual e moral; ela é conectada com as virtudes morais e pressupõe necessariamente a retidão da vontade⁷.

⁶ MARITAIN, 1959, pp. 311-313: "The mind takes as its concern human action going on in that world and, philosophizing, this time in the practical order, seeks to know, no longer for the sake of knowing but for the sake of acting; it seeks to acquire, respecting an object which is something practical (an act to be done), a science which proceeds in a practical manner in regard to its own finalities and the conditions of the object, but nevertheless remains speculative or explanatory in mode in regard to the general or fundamental cognitional equipment, and considers the universe of action and operative values from the point of view of its *raisons d'être* and the intelligible structures immanent in it. That is what Aristotle called practical philosophy: ethics, economics, etc. [...] The only point we want to bring out here is that practical philosophy does not suffice to regulate action. It knows in a theoretical, speculative, explanatory way things which need not only to be explained but also to be done. It gathers into a scientific system all the knowledge necessary to regulate action from afar [...]. [...] The most expert and competent philosopher in ethical matters can be disconcerted by the smallest act to be done, and he can himself lead an immoral life."

⁷ MARITAIN, 1959, p. 314: "Right practical knowledge, as the immediate regulator of action, is the virtue of prudence. It judges and commands what is to be done here and now. As we know, this virtue is both intellectual and moral; it is connected with the moral virtues and necessarily presupposes the rectitude of the will."



Entre a prudência e a ciência especulativamente prática, há uma ciência que pode ser chamada de praticamente prática. Mas quanto ao equipamento cognitivo fundamental ou quanto à estrutura das noções e definições, esta última ciência procede de modo totalmente diferente da ética filosófica ou da teologia moral. O seu modo é prático. Essa ciência reúne tudo o que já é conhecido, todas as explicações, princípios, razões de ser e regras, para preparar todo esse conhecimento para a ação. É nesse sentido que os tomistas ensinam que as ciências práticas procedem de modo compositivo como a arte e a prudência. E assim como a arte e a prudência, essas ciências também pressupõem a retidão da vontade⁸.

As ciências praticamente práticas são a ciência do praticante. Elas têm grande dignidade e importância para a cultura. A ciência moral de Confúcio é mais uma ciência do praticante do que uma ciência do filósofo. Isso também ocorre com a ciência moral de grandes estadistas. Existem muitos escritores que são não apenas observadores dos homens, mas moralistas, isto é, praticantes da ciência moral; por exemplo: Montaigne, Pascal, Nietzsche, Shakespeare, etc⁹.

O que a filosofia moral prepara e reúne em vista de operações a ser dirigidas desde longe é um conhecimento cuja estrutura é inteiramente intelectual e cuja verdade não implica regulação pelo reto apetite nem moção afetiva, e que examina seus objetos de acordo com as leis da análise ontológica, dividindo e resolvendo, a fim de captar seu conteúdo inteligível¹⁰.

⁸ MARITAIN, 1959, pp. 314-315: "Is there not an intermediate zone of knowledge between prudence and speculatively practical science? Explicating the principles of St. Thomas, we would answer: Yes! [...] We may call it practically practical science. [...] But as to the fundamental equipment of knowledge itself or as to the structure of notions and definitions, its procedure follows a wholly different mode than does ethics or moral theology. [...] The whole mode of science here is practical. [...] The question is to prepare for action and to assign its proximate rules. [...] It gathers together everything that is already known, all the explanations, principles and *raisons d'être* [...]. [...] It is in this wholly characteristic sense that Thomists teach that practical sciences (practically practical) proceed *modo compositivo* like art and prudence. Moreover, just as prudence and art presuppose the rectifying of the appetite [...], these practical sciences too [...]."

⁹ MARITAIN, 1959, pp. 315-316: "There is a science of the practitioner as such which is irreducible to a knowledge that is speculative in mode, and whose dignity and importance are truly great for culture. [...] Among many great moralists, Confucius, for example, we find more of a practitioner's science than a philosopher's science. It is likewise with many great statesmen. [...] from Montaigne and Pascal to Nietzsche, from Shakespeare to Racine and Baudelaire, from Swift or Meredith to Balzac and Dostoevsky. These powerful observers of men are not merely observers, they are not "psychologists"; properly speaking, they are moralists — not philosophers but practitioners of the science of morals."

¹⁰ MARITAIN, 1959, pp. 457-458: "What moral philosophy thus prepares and gathers up in view of operations to be directed from afar, is knowledge whose structure is wholly intellectual, whose truth implies neither



Na filosofia moral, a verdade consiste no conhecer como fundamento do dirigir; na ciência praticamente prática, a verdade consiste no dirigir, baseado no conhecer; e na prudência, a verdade consiste simplesmente no dirigir. A filosofia moral procede de modo prático quanto às condições do objeto conhecido e ao processo do raciocínio, e de modo especulativo quanto aos meios de apreender e julgar¹¹.

Um diagrama mostra o seguinte: (1) ciência especulativa: tem por fim conhecer para conhecer, tem por objeto um objeto de pura especulação, por modo de conhecer o modo especulativo, e como exemplo a filosofia especulativa em geral. (2) ciência especulativamente prática: tem por fim conhecer para agir, dirigindo a ação desde longe, tem por objeto um objeto operável, por modo de conhecer o modo especulativo quanto à estrutura das ideias, e como exemplos a filosofia moral e a medicina teórica. (3) ciência praticamente prática: tem por fim conhecer para agir, dirigindo a ação desde perto, tem por objeto um objeto operável, por modo de conhecer o modo prático, e como exemplos as ciências morais práticas e a medicina prática. (4) prudência: tem por fim conhecer para agir, dirigindo a ação imediatamente, tem por objeto um objeto operável, e por modo de conhecer o modo prático ao máximo grau (MARITAIN, 1959, p. 459).

Leopoldo Eulogio Palacios apresenta um quadro semelhante ao de Maritain e se pergunta em qual das quatro divisões do saber se deve colocar a ciência moral. A partir de Tomás, ao menos está claro que a ciência moral e política não é uma disciplina puramente prática, como a *sindérese* e a prudência; ou seja, não pertence ao quarto modo de saber; e, ademais, ela também não tem lugar entre as disciplinas puramente especulativas, pois versa sobre os atos humanos e não sobre coisas inoperáveis que não dependem de nós; portanto, ela não pertence ao primeiro modo de saber¹².

regulation by right appetite nor affective motion, and which examines its different objects according to the laws of ontological analysis, *dividendo* et *resolvendo*, in order to grasp their intelligible constituent."

¹¹ MARITAIN, 1959, p. 458: "Although truth in moral philosophy does not consist purely and simply in *cognoscere* as it does in speculative philosophy, it does at least consist in *cognoscere* as the foundation of *dirigere*, whereas in practically practical science truth consists in *dirigere* indeed, but as based upon *cognoscere*, and in prudence, it consists formally simply and solely in *dirigere* itself. [...] moral philosophy proceeds *modo pratico* in respect to the conditions of the object known and the process of reasoning, and *modo speculativo* in respect to the means themselves, of apprehending and judging."

¹² PALACIOS, 1962, pp. 379-380: "En cual de estas cuatro divisiones del saber debe colocarse la ciencia moral? Santo Tomás no ha tratado este punto por extenso en ninguna parte. Lo que está perfectamente claro es que la ciencia moral y política no es nunca para él una disciplina puramente práctica, como lo sería, en cambio, la



Palacios se inclina a pensar que, segundo Tomás de Aquino, a ciência moral é uma disciplina de objeto operável enquanto operável, que se deve colocar no terceiro tipo de saber, preservando-se o modo predominantemente compositivo e sintético deste saber¹³. No entanto, Palacios não litigaria com aqueles, como Juan Sánchez Sedeño, João de Santo Tomás e José Agustín Gredt, que sustentam que a ciência moral tem um objeto operável enquanto especulável, pois nada impede que se considere resolutivamente as ações do homem, suas virtudes, suas finalidades, definindo, dividindo e expondo suas notas universais¹⁴.

4 TOMÁS DE AQUINO SOBRE A FILOSOFIA MORAL

Consideremos, primeiro, o *Comentário ao Tratado da Trindade de Boécio* e, posteriormente, o *Comentário à Ética a Nicômaco*. No *Comentário ao Tratado da Trindade de Boécio*, a questão 5, artigo 1, pergunta se é adequada a divisão pela qual a filosofia especulativa se divide em natural, matemática e divina. A resposta de Tomás é que tal divisão é adequada, pois todo objeto especulável tem de ser imaterial, necessário e imóvel, e o objeto de cada uma dessas três ciências especulativas tem um modo próprio de afastamento da matéria e do movimento. No entanto, Tomás considera dez objeções a esta tese. A segunda objeção¹⁵ afirma que tal divisão é insuficiente, porque não inclui a lógica, mas a lógica é mencionada em uma passagem de *A Cidade de Deus* (livro 8, capítulo 4), na qual Agostinho afirma que Platão dividiu a filosofia inteira em moral, natural e racional, e,

sindéresis o la prudencia; es decir, no cabe en la cuarta manera de saber. Y es igualmente palmario que para Santo Tomás dicha ciencia no tiene tampoco cabida entre las disciplina puramente especulativas, porque la moral no es una ciencia que verse sobre cosas inoperables que no dependen de nosotros, ya que su materia son los actos humanos. Por tanto, no es tampoco una ciencia que pertenezca a la primera manera de saber.”

¹³ PALACIOS, 1962, p. 392: “Yo me inclino a pensar que la naturaleza de la ciencia moral era, en la mente del Doctor Angélico, una disciplina de objeto operable en cuanto operable, que habría que insertar en el casillero tercero de mi esquema, y apellidar con todos los nombres que él emplea en los diferentes textos [...]. [...] Pero todo ello debe hacerse salvando el modo predominantemente compositivo y sintético de este saber [...].”

¹⁴ PALACIOS, 1962, p. 392: “Tampoco litigaría yo con quienes se creen fieles a Santo Tomás sosteniendo que la ciencia moral tiene un objeto operable en cuanto especulable, como Juan Sánchez Sedeño, Juan de Santo Tomás o José Agustín Gredt, pues nada veda considerar resolutivamente las obras del hombre, sus virtudes, sus finalidades, definiendo, dividiendo y poniendo en claro sus notas universales, y hasta parece que esto es lo propio de una ciencia digna de su nombre.”

¹⁵ TOMÁS DE AQUINO, 1999, q. 5, a. 1, arg. 2: “Agostinho diz no livro VIII de *A Cidade de Deus* que a filosofia racional, que é a lógica, está contida sob a filosofia contemplativa ou especulativa. Portanto, como não faz menção dela, parece que a divisão é insuficiente.”



segundo Agostinho, pode-se entender que a ciência natural e a ciência racional (lógica) pertencem à parte contemplativa da filosofia, ao passo que a ciência moral pertence à parte ativa. Em resposta a esta objeção, Tomás diz que a lógica não é uma parte principal da filosofia especulativa, mas algo reduzido a ela, pois a lógica não é tanto uma ciência, mas antes um instrumento da ciência.

Em resposta à terceira objeção, que afirma que aquela divisão da filosofia especulativa não é adequada, porque inclui ciências que não pertencem às sete artes liberais, Tomás esclarece¹⁶ que as sete artes liberais são chamadas de artes, porque implicam alguma obra que procede imediatamente da razão, mas o caso da ciência moral é diferente, pois, embora ela seja em vista da operação, tal operação não é ato de ciência, mas antes de virtude, como se vê no livro da *Ética*, e por isso a ciência moral não pode ser chamada de arte. É importante observar aqui a citação que Tomás faz de uma passagem de *A Cidade de Deus* (livro 4, cap. 21), onde Agostinho afirma que “os antigos definiram a virtude como a arte de viver bem e retamente”. Na *Suma de Teologia* (I-II, q. 58, a. 2, ad 1), Tomás explica o seguinte sobre essa mesma passagem: “Agostinho toma a arte no sentido de toda razão reta. E assim a arte inclui também a prudência [...]. Nesse sentido, a afirmação dele [...] aplica-se essencialmente à prudência”. Portanto, quando Tomás diz que a operação visada pela ciência moral é um ato de virtude, ele quer dizer que ela é um ato da prudência.

A quarta objeção afirma que, assim como a medicina, toda ciência prática tem uma parte especulativa e uma parte prática, e por isso a ciência moral deveria ser incluída entre as ciências especulativas, em razão de sua parte especulativa. Em resposta, Tomás explica que o critério usado para dividir a filosofia em especulativa e prática é diferente do critério usado para dividir a medicina em especulativa e prática. A medicina se divide segundo a proximidade da operação; assim, sua parte especulativa é afastada da operação, ao passo que sua parte prática é próxima da operação. Mas a filosofia é dividida de acordo com o fim da felicidade, e a felicidade se divide em contemplativa e ativa, como se vê no livro 10 da *Ética*. Assim, a parte prática da filosofia contém a ciência moral, que tem por fim a felicidade

¹⁶ TOMÁS DE AQUINO, 1999, q. 5, a. 1, ad 3: “Quanto à ciência moral, embora seja em vista da operação, tal operação não é ato de ciência, mas antes de virtude, como é patente no livro da *Ética*. Daí, não poder ser denominada arte; ao contrário, nestas operações a virtude se coloca no lugar da arte. Vem daí que os antigos definiram a virtude como a arte de viver bem e retamente, como diz Agostinho no livro IV de *A cidade de Deus*.”



ativa, ao passo que a parte especulativa contém a ciência natural e a ciência racional, que têm por fim a felicidade contemplativa¹⁷.

Ainda no *Comentário ao Tratado da Trindade de Boécio*, a questão 6, artigo 1, pergunta se é conveniente proceder de modo raciocinativo na ciência natural. A resposta de Tomás é que um modo de proceder pode ser chamado de raciocinativo de três maneiras. Primeiro, um procedimento é dito raciocinativo quanto aos princípios, quando se procede a provar algo a partir das obras da razão, como as intenções lógicas. Em segundo lugar, um procedimento é dito raciocinativo a partir do termo no qual se detém. A investigação da razão pode alcançar dois termos diferentes; um é a inteligência dos princípios, pelos quais julgamos, através da resolução neles, e quando a razão alcança este termo, o procedimento se chama demonstrativo. Mas em outro caso, o procedimento se chama raciocinativo, porque a razão se detém na própria investigação, deixando caminho em direções distintas, e assim se procede por meio de razões prováveis, que produzem opinião ou fé, e não ciência. É neste sentido que o procedimento raciocinativo se contradistingue do demonstrativo¹⁸. E em terceiro lugar, um modo de proceder é dito raciocinativo por parte da potência racional, na medida em que o procedimento segue o modo próprio da alma racional no conhecer, partindo das coisas sensíveis para as coisas inteligíveis, e do efeito para a causa.

A quarta objeção a esta tese afirma¹⁹ que a ciência natural procede de modo científico, e não de modo raciocinativo, pois, no livro 6 da *Ética*, Aristóteles afirma que estes dois modos se contradistinguem um do outro. Em resposta, Tomás esclarece que, na passagem citada, Aristóteles toma o modo raciocinativo como sendo o mesmo que o modo opinativo, e atribui a este modo o que pode ser realizado pela ação humana, que é

¹⁷ TOMÁS DE AQUINO, 1999, q. 5, a. 1, ad 4: “Ora, como os filósofos afirmam uma dupla felicidade, uma contemplativa e outra ativa, como é patente no livro X da *Ética*, de acordo com isto distinguiram também duas partes da filosofia, a moral, que denominaram prática, e a natural e racional, que denominaram teórica.”

¹⁸ TOMÁS DE AQUINO, 1999, q. 6, a. 1, corpo (a): “Um procedimento é dito racional, de outro modo, a partir do termo no qual se detém no procedimento. Com efeito, o termo último, ao qual a investigação da razão deve conduzir, é a inteligência dos princípios, pelos quais julgamos, através da resolução neles; o que, quando acontece, não é dito procedimento ou prova raciocinativo, mas demonstrativo. Às vezes, porém, a investigação da razão não pode conduzir até o termo supracitado, mas se detém na própria investigação, isto é, quando ainda resta ao investigador caminho em direções distintas; isto acontece quando se procede por meio de razões prováveis, que, por natureza, produzem opinião ou fé e não ciência; neste sentido, o procedimento raciocinativo se contradistingue do demonstrativo.”

¹⁹ TOMÁS DE AQUINO, 1999, q. 6, a. 1, arg. 4 (a): “No livro VI da *Ética* o raciocinativo é contradistinguido do científico pelo Filósofo. Ora, a filosofia natural faz parte do científico. Logo, não se lhe atribui convenientemente o proceder raciocinativamente.”



contingente. É neste sentido que a ciência moral procede de modo raciocinativo, que é o segundo sentido mencionado acima. Assim, a ciência racional procede de modo raciocinativo no primeiro sentido, e a ciência natural procede de modo raciocinativo no terceiro sentido²⁰.

No *Comentário à Ética a Nicômaco*, livro 1, lição 1, Tomás afirma que o conceito de ordem se relaciona com a razão humana de quatro modos, e assim surgem quatro ciências diversas. A filosofia natural considera a ordem das coisas que a razão humana considera, mas não produz. A filosofia racional considera a ordem que a razão produz em seu próprio ato de consideração. A filosofia moral considera a ordem que a razão produz nos atos da vontade. E as artes mecânicas consideram a ordem que a razão produz nas coisas externas²¹. Nesta passagem, se desconsiderarmos as artes mecânicas, que não pertencem à filosofia, vemos a divisão da filosofia em três partes, isto é, em natural, racional e moral. Esta é a divisão que, como vimos no *Comentário ao Tratado da Trindade de Boécio*, Tomás conhece a partir de *A Cidade de Deus*, onde Agostinho afirma que o autor dessa divisão é Platão. Vimos que Tomás usa essa mesma divisão para mostrar como aquelas três ciências filosóficas são divididas em especulativas e práticas, e para mostrar como as três procedem de modo raciocinativo. Agora, voltando ao *Comentário à Ética a Nicômaco*, notaremos que, logo a seguir, Tomás afirma que a matéria sobre a qual a filosofia moral versa é a operação humana ordenada a um fim, ou o homem, enquanto age voluntariamente em vista de um fim²². O fim pode ser conforme à reta razão natural ou contrário a ela.

No livro 1, lição 3, o assunto tratado é o modo de proceder da filosofia moral. O professor e o aluno da filosofia moral devem adequar o ensino e o aprendizado dessa ciência

²⁰ TOMÁS DE AQUINO, 1999, q. 6, a. 1, ad 4 (a): “O Filósofo nesta passagem sustenta como sendo o mesmo o raciocinativo e o opinativo; donde, ser patente que pertence ao segundo modo indicado; no mesmo lugar, o Filósofo atribui ao raciocinativo ou opinativo o que pode ser realizado pela ação humana, de que se ocupa a ciência moral, em razão de sua contingência. Donde, se pode coligir do que foi dito que o primeiro modo de raciocinatividade é próprio sobretudo à ciência racional, o segundo à ciência moral, e o terceiro à ciência natural.”

²¹ TOMÁS DE AQUINO, 1993, livro 1, lição 1, n. 2: “The function of natural philosophy is to consider the order of things that human reason considers but does not establish [...]. The order that reason makes in its own act of consideration pertains to rational philosophy [...]. The order of voluntary actions pertains to the consideration of moral philosophy. The order that reason in planning establishes in external things arranged by human reason pertains to the mechanical arts.”

²² TOMÁS DE AQUINO, 1993, livro 1, lição 1, n. 3: “The subject of moral philosophy is human action ordered to an end, or even man, as he is an agent voluntarily acting for an end.”



ao modo de proceder próprio dela, e este modo de proceder deve ser adequado ao tipo de matéria sobre a qual tal ciência versa. A matéria da filosofia moral são as operações humanas, nas quais há muita variabilidade. E os princípios da filosofia moral devem ser tomados dessa matéria que é variável. Portanto, as conclusões dessa ciência devem ser conformes aos princípios, que são variáveis. Assim, o professor de filosofia moral deve apresentar a verdade de três modos. Primeiro, com um esboço sumário, aplicando princípios universais a coisas particulares e procedendo do simples ao composto, onde estão os atos. Em toda ciência prática é necessário proceder de modo compositivo. Mas, ao contrário, na ciência especulativa é necessário proceder de modo resolutivo, resolvendo o composto em princípios simples. Em segundo lugar, deve-se apresentar os delineamentos da verdade, isto é, uma aproximação da verdade. E em terceiro lugar, deve-se falar dos eventos tais como ocorrem na maioria dos casos²³.

Pouco depois disso, Tomás fala sobre quem deve ser o aluno da filosofia moral. Primeiro, fala do incompetente. Segundo, do improficuo. E, terceiro, do aluno ideal²⁴. Assim, primeiramente, Tomás diz que um jovem não pode ser um bom ouvinte da ciência política e moral, na medida em que ele ainda não tem conhecimento das coisas que pertencem a essa ciência, pois essas coisas são conhecidas principalmente por experiência²⁵. A seguir, Tomás diz que o aluno que é levado pelas paixões estudará essa ciência em vão e inutilmente, sem alcançar o devido fim. O fim dessa ciência não é o mero conhecimento, mas sim a ação

²³ TOMÁS DE AQUINO, 1993, livro 1, lição 3, n. 35: "Because, in the art of demonstrative science, principles must conform to conclusions, it is desirable and preferable when treating subjects so variable, and when proceeding from premises likewise variable, to bring out the truth first in a rough outline by applying universal principles to singulars and by proceeding from the simple (universal) to the complex (particular) where acts are concerned. For it is necessary in every practical science to proceed in a composite (i.e., deductive) manner. On the contrary in speculative science, it is necessary to proceed in an analytical manner by breaking down the complex into elementary principles. Second, we should bring out the outlines of the truth, that is, an approximation to the truth. [...] Third, we must speak of events as they happen in the majority of cases [...]."

²⁴ TOMÁS DE AQUINO, 1993, livro 1, lição 3, n. 37: "Then, at "Now every man," he shows what sort of person the student of this science ought to be. First he shows who is an incompetent student; and second, at "Furthermore etc.," who is an unprofitable student. Third, at "But it will certainly etc.," he explains the characteristics of the ideal student."

²⁵ TOMÁS DE AQUINO, 1993, livro 1, lição 3, n. 38: "Second [a, ii], at "In keeping with this," he proves his statement, namely, that a young man is not a good student of political science nor of any part of moral science comprised under political science [...]. [...] But a young man does not have a knowledge of things belonging to moral science, which are known mostly by experience."



humana. Dito isso, aqueles que seguem as paixões não alcançam os atos virtuosos²⁶. Mas a filosofia moral será muito útil para aqueles que regulam os seus desejos e agem externamente de acordo com a ordenação da razão²⁷.

No livro 6, lição 7, Tomás confirma esses pré-requisitos para que se possa ser um bom aluno da filosofia moral. O assunto tratado neste contexto é a prudência. Tomás diz que há uma ordem apropriada para o aprendizado das ciências filosóficas. Primeiro, os jovens devem aprender a lógica, pois ela ensina o modo de proceder de toda a filosofia. Segundo, devem aprender matemática, que não requer experiência e não ultrapassa a imaginação. Terceiro, as ciências naturais, que, embora não ultrapassem o sentido e a imaginação, requerem experiência. Quarto, as ciências morais, que requerem experiência e uma alma livre das paixões, como se disse no livro 1. E quinto, as ciências divinas e sapienciais, que ultrapassam a imaginação e requerem uma mente aguda²⁸.

No mesmo livro 6, lição 7, Tomás diz que as espécies de prudência, como a individual, a doméstica e a política, residem na razão e no apetite, mas, se forem consideradas como residindo apenas na razão, são certas ciências práticas²⁹.

Por fim, vejamos como Tomás apresenta a distinção entre as virtudes intelectuais e, depois, a distinção entre os tipos de ciências especulativas e práticas.

²⁶ TOMÁS DE AQUINO, 1993, livro 1, lição 3, n. 40: “He affirms then that the one who is ruled by the emotions will study this science in vain, that is, without any result and uselessly without attaining its proper end. The end of this science is not knowledge alone, which those enslaved to passion can perhaps gain. But the end of this science, as of all practical sciences, is human action. Now those who follow the emotions do not attain virtuous acts.”

²⁷ TOMÁS DE AQUINO, 1993, livro 1, lição 3, n. 41: “Then, at “But it will certainly,” he indicates the good student of this science. He says that it is very useful to have a knowledge of moral matters for those who regulate their desires and act in externals according to the dictates of reason.”

²⁸ TOMÁS DE AQUINO, 1993, livro 6, lição 7, n. 1211: “Therefore, the proper order of learning is that boys first be instructed in things pertaining to logic because logic teaches the method of the whole of philosophy. Next, they should be instructed in mathematics, which does not need experience and does not exceed the imagination. Third, in natural sciences, which, even though not exceeding sense and imagination, nevertheless require experience. Fourth, in the moral sciences, which require experience and a soul free from passions, as was noted in the first book. Fifth, in the sapiential and divine sciences, which exceed imagination and require a sharp mind.”

²⁹ TOMÁS DE AQUINO, 1993, livro 6, lição 7, n. 1200: “As has been noted previously, we must consider that prudence is not only in the reason but has a function likewise in the appetitive faculty. Therefore, everything mentioned here is a species of prudence, to the extent that it does not reside in the reason alone but has ramifications in the appetitive faculty. Inasmuch as they are exclusively in the reason they are called certain kinds of practical science, viz., domestic ethics and political science.”



No *Comentário à Metafísica*, em uma passagem que resume uma doutrina encontrada no livro 6 da *Ética a Nicômaco*, as virtudes intelectuais são distinguidas em dois tipos, de acordo com a parte da alma racional que aperfeiçoam: assim, três delas (a sabedoria, a ciência e o entendimento) são especulativas, por pertencerem à parte especulativa (ou científica) da alma racional, e duas delas (a prudência e a arte) são práticas, por pertencerem à parte prática (ou raciocinativa) da alma racional. Ademais, cada virtude intelectual especulativa está relacionada, de um modo particular, com demonstrações: o entendimento versa sobre os primeiros princípios da demonstração; a ciência tem demonstrações (ou conclusões) sobre causas inferiores; e a sabedoria tem demonstrações (ou conclusões) sobre causas primeiras. E cada virtude intelectual prática está relacionada, de um modo particular, com coisas contingentes e operáveis pelo homem: a prudência é a reta razão que versa sobre as ações que devem ser feitas (*recta ratio agibilium*) (e que aperfeiçoam o agente); e a arte é a reta razão que versa sobre as obras que devem ser produzidas (e que são exteriores ao agente)³⁰.

Na *Suma de Teologia*, I, q. 14, a. 16, Tomás argumenta que uma ciência pode ser chamada de especulativa de três modos: de um modo, por parte das coisas conhecidas, isto é, por parte do objeto ou matéria, e assim é chamada de (1) ciência apenas especulativa, como, por exemplo, a ciência que o homem tem das coisas da natureza ou de Deus; de outro modo, quanto ao modo de conhecer, e assim é chamada de (2) ciência especulativa quanto ao modo de conhecer e prática sob outro aspecto, como, por exemplo, a ciência que o arquiteto tem da casa, definindo-a, dividindo-a e considerando suas características universais, o que é proceder de modo resolutivo; e ainda de outro modo, quanto ao fim, e

³⁰ TOMÁS DE AQUINO, 1995, livro 1, lição 1, n. 34: “But because the names “wisdom,” “science” and “art” have been used indifferently, lest someone should think that these terms are synonymous, he excludes this opinion and refers to his work on morals, i.e., to Book VI of the *Ethics*, where he has explained the difference between art, wisdom, science, prudence, and understanding. And to give the distinction briefly—wisdom, science and understanding pertain to the speculative part of the soul, which he speaks of in that work as the scientific part of the soul. But they differ in that understanding is the habit of the first principles of demonstration, whereas science has to do with conclusions drawn from subordinate causes, and wisdom with first causes. This is the reason it is spoken of there as the chief science. But prudence and art belong to the practical part of the soul, which reasons about our contingent courses of action. And these also differ; for prudence directs us in actions which do not pass over into some external matter but are perfections of the one acting (which is the reason why prudence is defined in that work as the reasoned plan of things to be done), but art directs us in those productive actions, such as building and cutting, which pass over into external matter (which is the reason why art is defined as the reasoned plan of things to be made).”



assim é chamada de (3) ciência especulativa quanto ao fim e prática sob outro aspecto, como, por exemplo, a ciência que o arquiteto tem da casa, considerando como poderia ser construída, não com a finalidade de construí-la, mas apenas para conhecer. A ciência que tem por fim a operação é chamada de (4) ciência apenas prática³¹.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Começaremos com as afirmações essenciais de João de Santo Tomás sobre a filosofia moral. Essas afirmações são totalmente congruentes e convergentes com as de Juan Sánchez Sedeño. Para esses dois autores, não se pode afirmar que a filosofia moral, como a *Ética a Nicômaco*, é uma ciência prática, porque não existe ciência prática. O que existe são hábitos intelectuais, que são divididos em especulativos e práticos. As ciências não são divididas em especulativas e práticas, porque só existe ciência especulativa. Uma ciência só recebe o nome de ciência, se tiver por fim a consideração da verdade, se tiver princípios especulativos, e se proceder de modo especulativo, isto é, resolutivo e demonstrativo. Nem se pode afirmar que a filosofia moral é simultaneamente especulativa e prática, porque na ordem natural não existe nenhuma ciência desse tipo, mas na ordem sobrenatural existe a teologia sagrada, que pode ser desse tipo. Então, João e Sánchez afirmam que a filosofia moral pode ser entendida em dois sentidos: em um sentido, a filosofia moral é uma ciência, ou seja, é uma ciência especulativa, e, mais ainda, é um hábito especulativo, que pertence ao mesmo hábito da ciência natural (física), e por isso tem o mesmo modo de abstração que a ciência natural, por fim a consideração da verdade, por modo de proceder o modo especulativo, isto é, resolutivo e demonstrativo, e por objeto um objeto que é operável, mas considerado como especulável, como seria a natureza das virtudes sob a razão do verdadeiro. Em outro sentido, a filosofia moral não é uma ciência, mas sim um hábito prático, que é a prudência. Neste caso, a filosofia moral tem as mesmas características da prudência, como os princípios práticos e o modo de proceder prático (compositivo). Sánchez acrescenta que, quando Tomás fala da política, ele se refere à prudência política, e quando

³¹ TOMÁS DE AQUINO, 2001, I, q. 14, a. 16. Ver também *Questões Disputadas Sobre a Verdade*, q. 3, a. 3.



Tomás fala de ciências ativas, ele se refere às espécies da prudência, como a individual, a econômica e a política.

Tendo em vista essas afirmações de João de Santo Tomás e Juan Sánchez Sedeño, eu proponho que elas constituem um distinto modelo de interpretação, que chamo de modelo das virtudes intelectuais, na medida em que esse modelo pressupõe a distinção que Tomás faz explicitamente entre as virtudes intelectuais especulativas (entre as quais está a ciência) e as virtudes intelectuais práticas (entre as quais está a prudência). Tomás afirma que essa distinção pode ser encontrada no livro 6 da *Ética a Nicômaco*, e que ela é feita de acordo com a distinção entre a parte científica (ou demonstrativa) e a parte raciocinativa (ou prática) da alma racional.

Jacques Maritain, entretanto, concebe um outro modelo de interpretação, que chamo de modelo dos graus do saber. Maritain propõe distinguir as ciências especulativas e as ciências práticas de acordo com três critérios básicos: o fim, o objeto e o modo de conhecer. Assim, resultam quatro graus de ciência. O primeiro é o grau da filosofia especulativa em geral. O segundo é o grau da ciência especulativamente prática, que é onde se situa a ética de Aristóteles, que tem, segundo Maritain, um modo de conhecer especulativo. O terceiro é o grau da ciência praticamente prática, que é onde se situam doutrinas morais práticas que têm um modo de conhecer prático. E o quarto é o grau da prudência, que é uma virtude intelectual e moral e é prática ao máximo grau. O critério mais importante que, segundo Maritain, distingue entre a ética de Aristóteles e outras doutrinas morais práticas é o modo de conhecer. Maritain adota algo da doutrina de João de Santo Tomás, que afirma que a filosofia moral, em certo sentido, tem um modo de proceder especulativo. Leopoldo Eulogio Palacios aceita o modelo de interpretação que chamo de modelo dos graus do saber, mas ele conclui que a ética de Aristóteles é algo como uma ciência praticamente prática, isto é, uma ciência que tem um modo de conhecer prático, mas que é distinta da prudência.

Agora, no entanto, vamos considerar as palavras de Tomás de Aquino. A filosofia moral é em vista da operação, e tal operação não é ato de ciência, nem de arte, mas de virtude, isto é, da prudência. A filosofia pode ser dividida em três partes, ou seja, em natural, racional e moral, de acordo com a divisão cuja autoria Agostinho atribui a Platão, mas a filosofia pode ser dividida também em especulativa e prática, de acordo com a divisão do



fim da felicidade, que pode ser contemplativa ou ativa, como ensina Aristóteles no livro 10 da *Ética*. Então, a ciência natural e a ciência racional pertencem à parte especulativa, por terem por fim a felicidade contemplativa, ao passo que a ciência moral pertence à parte prática, por ter por fim a felicidade ativa. A felicidade ativa só é alcançada com a operação da prudência. O modo científico se contradistingue do modo raciocinativo, como diz Aristóteles no livro 6 da *Ética*. O modo científico procede de modo resolutivo e demonstrativo, ao passo que o modo raciocinativo procede por razões prováveis, que produzem opinião ou fé e não ciência. A ciência moral procede de modo raciocinativo e versa sobre o que pode ser realizado pela ação humana (*agibilia humana*), que é contingente e é a mesma matéria sobre a qual a prudência versa.

No início do *Comentário à Ética*, Tomás apresenta novamente a divisão da filosofia em natural, racional e moral, e acrescenta as artes mecânicas. A matéria da filosofia moral é a operação humana ordenada a um fim. O modo de proceder da *Ética a Nicômaco* é prático, ou seja, compositivo, o qual consiste em aplicar princípios universais e simples aos atos singulares e compostos, modo idêntico ao da prudência³². Existem três tipos de alunos ou ouvintes da *Ética a Nicômaco*: (1) o incompetente, que é jovem e não tem experiência da vida moral e política; (2) o improficuo, que é o seguidor das paixões, e que talvez possa alcançar o conhecimento, mas não é capaz de alcançar o fim devido, que é a operação humana ou virtuosa; e (3) o ideal, que regula os seus desejos e age externamente de acordo com a ordenação da razão. Segundo uma certa ordem de aprendizado das ciências filosóficas, a filosofia moral deve ser aprendida após a lógica, a matemática e a ciência natural, pois ela requer experiência e uma alma livre das paixões. É possível observar que as espécies de prudência, como a individual, a doméstica e a política, residem na razão e no apetite, mas, se forem consideradas como residindo apenas na razão, são certas ciências práticas. No entanto, a *Ética a Nicômaco* não pode ser aprendida como uma mera ciência prática, mas deve ser aprendida como sendo a virtude intelectual prática e moral da prudência.

³² TOMÁS DE AQUINO, 2001, II-II, q. 47, a. 3: “É próprio da prudência não só a consideração da razão, mas também a aplicação à obra, que é fim da razão prática.”



Agora, vamos considerar o que Tomás de Aquino nunca afirmou. João de Santo Tomás e Juan Sánchez Sedeño afirmam que a filosofia moral é uma parte da ciência natural e tem o mesmo modo de abstração que a ciência natural. A obra *Filosofia Natural*, que é a segunda parte do *Cursus Philosophicus Thomisticus* de João de Santo Tomás, pretende ter quatro partes: (1) "do ente móvel em comum", (2) "do ente móvel incorruptível", (3) "do ente móvel corruptível", e (4) "do ente móvel animado". Tomás de Aquino concordaria com essa sequência, mas ele jamais afirmou que a *Ética a Nicômaco* pertenceria a uma quinta parte da ciência natural, e nunca afirmou que a *Ética a Nicômaco* tem o mesmo modo de abstração que a ciência natural. Ademais, Tomás jamais atribuiu à *Ética a Nicômaco* um modo de proceder especulativo, isto é, resolutivo e demonstrativo. Ao contrário, atribuiu a ela o modo compositivo, que se aplica à ação singular, e o modo raciocinativo, que produz opinião ou fé, mas não ciência.

Ademais, Tomás jamais atribuiu à *Ética a Nicômaco* um fim especulativo, que seria o mero conhecimento ou a mera consideração da verdade. Sánchez faz várias observações sobre esse ponto. Ele diz que a filosofia moral é em vista da operação que deve ser especulada, pois diz respeito à operação, mas não a produz. Porém, lembremos, se a filosofia moral for considerada como idêntica à prudência, ela será capaz de produzir a operação. Sánchez também afirma que a filosofia moral é em vista da operação desde fora. Ou seja, a filosofia moral é em vista da operação, mas não tem nada a ver com a operação. Nas palavras de Sánchez, a operação é apenas um efeito por acidente da filosofia moral e não o seu fim intrínseco. Segundo Sánchez, para que uma ciência seja prática, requer-se que ela seja a operadora do ato ao qual se ordena. Se o ato de virtude não é produzido pela filosofia moral, então a filosofia moral não é uma ciência prática. Contudo, lembremos novamente, se a filosofia moral for considerada como sendo a prudência, ela será capaz de produzir o ato de virtude. Ademais, João de Santo Tomás, Juan Sánchez Sedeño e até mesmo Jacques Maritain afirmam que alguém pode ser dotado da filosofia moral especulativa, mas ser ao mesmo tempo desprovido de prudência. Tomás de Aquino, no entanto, afirma que o aluno inexperiente e o aluno seguidor das paixões não são bons ouvintes da filosofia moral (isto é, eles seriam ouvintes acidentais da filosofia moral), e apenas o aluno que está disposto a



seguir a ordenação da razão poderá alcançar o fim devido da filosofia moral, que é a operação da prudência (este seria o aluno essencial ou intrínseco da filosofia moral).

Além disso, Sánchez diz que, a respeito da divisão da filosofia em natural, racional e moral, deve-se entender que todas essas três ciências são especulativas, pois a divisão do hábito em especulativo e prático é anterior a essa divisão tripartida da filosofia. Entretanto, como vimos acima, Tomás considera esses dois modos de dividir a filosofia e afirma que a *Ética a Nicômaco* pertence à parte prática da filosofia. Ademais, para João de Santo Tomás e Juan Sánchez Sedeño, a filosofia moral tem princípios especulativos, mas Tomás nunca disse isso. E, enfim, Tomás de Aquino usa muitíssimas vezes a expressão “ciência prática”, e nunca a usou como se ela significasse uma ciência simultaneamente especulativa e prática, que é o sentido de “ciência prática” que João e Sánchez rejeitam.

Portanto, a minha conclusão é que, para Tomás de Aquino, a filosofia moral pode ser considerada como idêntica à prudência. Se usarmos o modelo das virtudes intelectuais, a *Ética a Nicômaco* se identifica com a prudência, mas não com a ciência. E, se usarmos o modelo dos graus do saber, baseado na *Suma de Teologia*, I, q. 14, a. 16, a *Ética a Nicômaco* se identifica com a prudência, pois tem por fim a operação, por objeto um objeto operável, e por modo de proceder o modo prático.



REFERÊNCIAS

JOÃO DE SANTO TOMÁS. *Sobre la naturaleza de la lógica*. Introducción de Mauricio Beuchot, traducción de Gabriel Ferrer. Cidade do México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1994.

_____. *Teoría aristotélica de la ciencia*. Introducción y traducción de Mauricio Beuchot. Cidade do México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1993.

MARITAIN, J. *Distinguish to unite or the degrees of knowledge*. Newly translated from the fourth French edition under the supervision of Gerald B. Phelan. New York: Charles Scribner's Sons, 1959.

PALACIOS, L. E. *Filosofía del saber*. Madrid: Editorial Gredos, 1962.

_____. "Juan de Santo Tomás y la ciencia moral". *Revista de Estudios Políticos*, 18, pp. 557-570, 1944.

RANDAZZO GOMES, A. R. "Exame da tese de Juan Sánchez Sedeño sobre a filosofia moral". *Thaumazein*, Santa Maria, v. 12, n. 24, pp. 45-57, 2019.

TOMÁS DE AQUINO. *Comentário ao Tratado da Trindade de Boécio*. Tradução e introdução de Carlos Arthur Ribeiro do Nascimento. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

_____. *Commentary on Aristotle's Metaphysics*. Translation and introduction by John P. Rowan, preface by Ralph McInerny. Notre Dame: Dumb Ox Books, 1995.

_____. *Commentary on Aristotle's Nicomachean Ethics*. Translated by C. I. Litzinger, foreword by Ralph McInerny. Notre Dame: Dumb Ox Books, 1993.

_____. *Suma de Teologia*. Coordenação geral de Carlos-Josaphat Pinto de Oliveira. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

Recebido: 29/07/2022

Aprovado: 07/10/2022